

Dois séculos antes da construção de Brasília, a região onde fica o Distrito Federal abrigou minas e garimpos. Hoje esconde sítios históricos coloniais de inestimável valor



NO TEMPO DOS

BANDEIRANTES

Antonio Vital
Da equipe do **Correio**

A modernidade de Brasília soterrou um tesouro histórico. Na metade do século XVIII (isso mesmo, por volta de 1750!), estradas abertas pelos bandeirantes, provavelmente sobre picadas usadas por índios, eram percorridas anualmente por algo em torno de 6 mil pessoas. A região era um entroncamento econômico importante 250 anos antes da construção da nova capital, período ignorado nos livros didáticos adotados pelas escolas públicas do Distrito Federal.

Pouca gente sabe que a atual rodovia DF 001, a pista que circunda o Parque Nacional e vai do balão do Colorado a Brazlândia, era uma Estrada Real. Ainda podem ser vistos, ocultos pelo mato em uma estação da Caesb perto do balão do Colorado, restos de um posto fiscal colonial, a antiga Contagem de São João. A Coroa portuguesa mandou erguer ali uma barreira de fiscalização para impedir que o ouro extraído em Pirenópolis e Luziânia (aliás, Meia Ponte e Santa Luzia) escorresse em direção à Bahia.

Da Contagem de São João a Luziânia eram necessários dois dias de viagem a cavalo. Essa estrada passava por onde é hoje o Plano Piloto. A paisagem vista pelos viajantes do século 18 é descrita em extensos diários que sobreviveram aos séculos e são minuciosamente garimpados por alguns

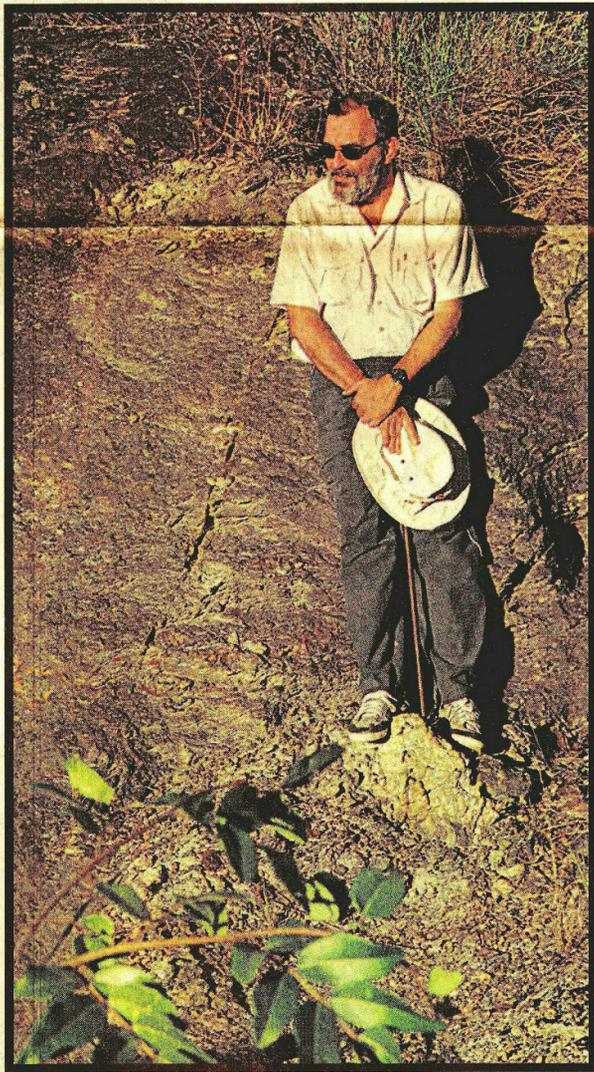
poucos pesquisadores. Um deles é o professor Paulo Bertran, autor do livro *História da terra e do homem do Planalto Central*, considerado um clássico da historiografia da região Centro-Oeste.

A primeira edição do livro de Bertran foi publicada em 1994, depois de sete anos de pesquisas. Sete anos depois da publicação, a obra permanece relativamente desconhecida fora dos círculos universitários. Nesse meio tempo, a especulação imobiliária e o inchaço das cidades do Distrito Federal e do Entorno se encarregaram de diminuir ainda mais os vestígios da ocupação humana pré-Brasília. No imaginário dos brasilienses, o quadrilátero do Distrito Federal era um imenso deserto, onde não aconteceria nada antes do primeiro trator cortar o solo do cerrado por ordem de Juscelino Kubitschek em 1955. Mas isso não é verdade.

“Existe ainda muita coisa a ser descoberta”, explica Bertran, 53 anos, em Brasília desde 1958. Conselheiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e membro dos institutos Histórico-Geográfico do DF e Goiás, o professor se formou na UnB e fez pós-graduação na França. Nos últimos 15 anos, vasculhou arquivos em cidades do Entorno e em Portugal para descobrir o que a historiografia oficial brasileira omite. Esse esforço é sustentado por patrocinadores, de quem Bertran depende para dar continuidade a sua obra.

O mais antigo relato encontrado por Bertran sobre o Distrito Federal é o diário de viagem do

Lindauro Gomes 14.06.01



PAULO BERTRAN NAS LAVRAS DO ANTIGO RIBEIRÃO DO INFERNO

quarto Capitão-General da Capitania de Goiás, dom José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho. Ele cruzou o território do atual DF duas vezes, em 1772 e em 1773. Da primeira, viajando entre Luziânia e Pirenópolis, cruzou o rio Ponte Alta, lugar hoje pertencente ao Gama. Da segunda, veio do norte (de Tocantins, passando por Alto Paraíso, São João da Aliança e Formosa, na época um arraial batizado de Couros devido ao comércio de peles de animais).

Dessa vez existe uma descrição mais detalhada da região. O governador pernitoou na Contagem de São João e depois se dirigiu a Luziânia. No caminho, cruzou o atual Plano Piloto, atravessou os ribeiriões do Torto e Vicente Pires e dormiu no ribeirão do Gama antes de chegar a seu destino.

Em 1857 já se denominava Vicente Pires o ribeirão hoje cercaado por condomínios irregulares. No século 18, o Vicente Pires era protegido por imensas matas de galeria e assim permaneceu até a construção de Brasília. Essa floresta aparece no Relatório Belcher, como ficou conhecido o estudo da região elaborado em 1954 como primeiro passo para a construção da nova capital.

Os relatos antigos permitem enxergar o impacto da construção de Brasília sobre a região. Praticamente todos os ribeiriões mencionados pelos viajantes desde o século XVIII estão comprometidos. O rio Melchior, onde pesquisadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) descobriram,

VOCÊ SABIA?

✓ Provavelmente, existia um quilombo no lugar onde hoje é a penitenciária da Papuda.

✓ O lugar onde é hoje a Colina, setor habitacional de professores da UnB, tinha denominação de Morro de Corisco no século 18.

✓ Nas imediações de Planaltina de Goiás existe uma pequena lagoa com mais de 180m de profundidade. Ela é uma das referências do mapa do tesouro deixado por Urbano do Couto no século 18.

✓ Os primeiros bandeirantes chegaram à região do DF na década de 20 do século 18 e encontraram gado vindo do Nordeste. Ou seja, fazendeiros nordestinos chegaram aqui antes dos bandeirantes.

três anos atrás, vestígios de presença humana datados de 8 mil anos, recebe todo o esgoto sem tratamento de Taguatinga, Ceilândia e Sambaíba — 500 mil habitantes. O rio Alagado recebe todo o esgoto do Gama, Recanto das Emas e Santa Maria, através do rio Ponte Alta, onde o governador pernitoou 229 anos atrás.

SERVIÇO

O livro “História da Terra e do Homem do Planalto Central”, de Paulo Bertran, é editado pela Verano Editora e Comunicação, fone 344-3673, e pode ser encontrado nas livrarias da Editora UnB.

SÍTIOS HISTÓRICOS

O impacto da construção de Brasília sobre a região não se limitou ao meio ambiente. Sítios históricos que ajudariam a entender a vida do homem no Planalto Central desde a década de 1720, quando por aqui chegaram os primeiros bandeirantes atrás de ouro e de índios, estão sendo destruídos. Não só no DF. Nas cidades vizinhas também.

O lago a ser formado pela barragem de Corumbá IV, em Luziânia e arredores, vai inundar 300 benfeitorias rurais (casas, currais, depósitos e os fundamentos de antigas construções), entre elas sítios arqueológicos não estudados. Mas a região também revela boas surpresas. A 10km de Luziânia, por exemplo, existem ruínas de uma imensa mina de ouro a céu aberto explorada no ribeirão Santa Maria, antigamente chamado de ribeirão do Inferno.

As lavras do ribeirão funcionaram entre 1750 e 1780. Por lá trabalhavam simultaneamente cerca de mil pessoas. As marcas da exploração são visíveis em montanhas de cascalho lavado que formam pilhas de três metros de altura, encontradas em uma área do tamanho de 15 campos de futebol. O lugar é marcado por escavações e buracos de até 10 metros de profundidade feitos pelo homem na rocha dura. “É o maior sítio arqueológico colonial do Brasil”, diz Bertran. Ele compara o volume de terra retirado dali ao de Serra Pelada nos anos 80.

As ruínas mostram como trabalhavam os garimpeiros. Dá para ver os canais de água feitos para lavar a pedra em busca do ouro. “A rocha conservou tudo isso. Não existe nada parecido no Brasil”, conta o professor. Esse tesouro arqueológico nunca foi es-

tudado e se encontra numa região de fazendas cortada pelo ribeirão Santa Maria, que nasce no DF e recebe todo o esgoto do Pedregal e Novo Gama. A ameaça à conservação do patrimônio histórico, porém, não vem da poluição, mas da especulação imobiliária e sua exploração comercial. Esta semana, Bertran vai pedir o tombamento da área ao Iphan.

Mistério e lenda se misturam ainda em um dos mitos mais antigos da região, o da existência de uma fabulosa mina de ouro descoberta pelo português Urbano do Couto antes de 1750. Urbano tinha 20 anos quando veio ao Planalto Central pela primeira vez acompanhando o bandeirante Anhanguera — Bartolomeu Bueno de Souza, cujo nome Bertran sustenta ter sido usado para batizar o rio São Bartolomeu. Urbano foi guia na expedição de Manoel

Rodrigues Tomar, que fundou Pirenópolis em 1730. Em 1750, Urbano endereçou à rainha de Portugal o roteiro de seus tesouros, que descreve lugares familiares da região, como o chapadão do Pipiripau, perto de Planaltina de Goiás. É uma espécie de mapa de um tesouro nunca descoberto.

Nada disso é ensinado nas escolas públicas do DF. Os alunos da 3ª série do ensino fundamental estudam no livro *História e Geografia do Distrito Federal*, de Denise Pereira Lima e Maria Vilani de Almeida. O livro se detém nos índios Jês que viviam por aqui antes da descoberta do ouro. Da 5ª à 8ª série, os alunos recebem livros didáticos do MEC. Editados em outros estados, esses livros reduzem a história do DF à construção da nova capital, ignorando tudo o que aconteceu antes disso.